



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

**ATA Nº 84/2025**

<b>Reunião do Grupo de Trabalho Igualdade de Gênero</b>		
<b>1. Identificação da Reunião</b>		
Data: 05/06/2025	Horário: 13h	Local: Videoconferência
<b>2. Participantes</b>		
<b>Nome</b>	<b>Representação ou cargo</b>	
Joice Leite - Diretora de Educação Digital no Colégio Visconde de Porto Seguro Priscila Schreiner - Procuradora Regional da República Pedro Machado - Procurador Regional da República Acácia Suassuna - Procuradora Regional da República Priscila Strassburger - Assessoria da PFDC		
<b>3. Memória de Reunião</b>		
<p><b>Dra Priscila</b> explicou que conheceu a professora Joice no Fórum de Internet no Brasil. Na ocasião, indagou se seria possível incluir violência de gênero dentro do trabalho que ela estava fazendo.</p> <p><b>Professora Joice</b> relatou sua trajetória profissional na área de educação com foco em tecnologia, na qual atua há mais de vinte anos, sempre vinculada a escolas de ensino básico. Ela destacou seu trabalho voltado à formação de professores, inicialmente com informática, passando pela tecnologia educacional e, atualmente, com ênfase em educação digital.</p> <p>Relatou a implantação de um currículo de letramento digital voltado a alunos, docentes, gestores, famílias e comunidades e do EJA, programa de jovens e adultos, com ênfase no uso crítico e construtivo da tecnologia.</p> <p>Destacou que esse trabalho busca desenvolver competências conceituais, mais do que técnicas, diante da constante evolução das plataformas digitais. Enfatizou a importância de formar cidadãos capazes de compreender e refletir sobre o uso das tecnologias, indo além do simples consumo.</p> <p><b>Dra Acácia e Dr Pedro</b> se apresentaram.</p>		

**Dr Pedro** informou que, entre os temas abordados pelo GT, destaca-se a aplicação da lei que trata dos direitos das vítimas de violência sexual, Lei do Minuto Seguinte. Ressaltou a necessidade urgente de ampliar a divulgação dessa legislação, dado o desconhecimento por parte de profissionais que deveriam aplicá-la, bem como da sociedade e das próprias vítimas.

Enfatizou ainda a importância de qualificar o atendimento às vítimas, com foco na escuta sensível, evitando a repetição de depoimentos e minimizando a revitimização. Defendeu o estímulo ao debate público sobre a violência contra a mulher, com especial atenção à violência sexual, cujos números alarmantes, principalmente envolvendo crianças, reforçam a urgência da pauta.

**Joice** compartilhou que entre os cinco sites mais acessados no Brasil, quatro são de pornografia e um de games. E desses quatro, três estão ligados à violência sexual com crianças.

**Dr Pedro** destacando que os dados oficiais de número de estupros no país, apesar de alarmantes, estão longe de refletir a realidade, devido à subnotificação — tanto de casos envolvendo adultos quanto, especialmente, crianças. Ressaltou que, no caso das crianças, a gravidade é ainda maior, tanto pela vulnerabilidade das vítimas quanto pelo perfil dos agressores.

Informou que, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que compila informações a partir de boletins de ocorrência de todo o país, cerca de 62% a 63% dos agressores são membros da própria família ou pessoas próximas, o que agrava a complexidade e o silêncio em torno desses crimes.

Falou da importância da disseminação da lei sobre os direitos das vítimas de violência sexual, com especial atenção à atuação da sociedade civil e, principalmente, dos professores. Enfatizou que, em contextos onde o agressor é alguém do próprio convívio familiar, o professor pode representar a única chance de proteção para a criança.

Sugeriu que os professores sejam capacitados para identificar sinais de violência, mesmo quando não há verbalização direta por parte da criança, ressaltando a necessidade de “ouvir o silêncio” dos alunos. Mencionou ainda a articulação com o MEC para sensibilizar sobre a relevância de oferecer formação adequada aos educadores, bem como garantir segurança e anonimato para que possam fazer denúncias.

Finalizou apontando que escolas que adotam medidas de enfrentamento à violência podem se tornar referência para outras instituições e expressou entusiasmo com a possibilidade de diálogo com profissionais da educação sobre o tema.

**Dra Priscila** relatou o interesse em desenvolver ações de formação para educadores, com o objetivo de capacitá-los como multiplicadores na abordagem da violência digital contra meninas e mulheres. Mencionou que já houve um projeto semelhante anteriormente e que a

intenção, futuramente, é focar especificamente nessa temática.

No presente, destacou como prioridade a divulgação da LMS. Enfatizou a importância da prevenção, mas alertou que é essencial garantir apoio efetivo às vítimas quando os casos ocorrem.

Defendeu a difusão dessa lei no ambiente escolar, por meio de professores, pais e estudantes.

**Dra Acácia** ressaltou que a falta de conhecimento também atinge outras legislações, como a própria Lei Maria da Penha, cuja pesquisa recente revelou desconhecimento por parte de 75% da população. Defendeu, por isso, a atuação direta com professores, tanto na sensibilização quanto na capacitação, enfatizando que a lei garante atendimento imediato, gratuito e integral a qualquer vítima de violência sexual — independente de gênero.

Como proposta prática, sugeriu a exibição de dois vídeos curtos e impactantes: um produzido pela Dra. Priscila Costa, com 59 segundos explicando de forma objetiva os direitos garantidos pela lei, e outro produzido em parceria com o MPF, com participação de Marília Gabriela e atores, também com cerca de um minuto. Ressaltou que ambos os vídeos são eficazes para apresentações rápidas em escolas ou eventos, e que esse tipo de material, aliado a conteúdos escritos, pode ter grande alcance.

**Joice** disse que, apesar da atuação do colégio, muitos casos seguem invisíveis, e a realidade nas escolas públicas, com as quais também mantêm contato, tende a ser ainda mais crítica. Diante disso, valorizou o trabalho do GT em torno da divulgação da Lei do Minuto Seguinte, e manifestou apoio à articulação junto ao Ministério da Educação.

Comprometeu-se a articular uma ação concreta dentro do Colégio Porto Seguro, envolvendo todos os segmentos — alunos, professores, orientadores, equipe de gestão e também as famílias — por meio dos canais de comunicação da escola. Disse que a escola pode vir a apoiar a disseminação dos vídeos e materiais explicativos da lei.

Colocou-se à disposição para expandir a ação junto a uma ampla rede de escolas particulares, da qual faz parte, composta por quase 700 gestores escolares, reforçando que muitos ainda não têm conhecimento da Lei do Minuto Seguinte e que essa articulação poderá ser multiplicadora.

**Dra Acácia** defendeu a importância de trazer um material específico e próprio para a ação nas escolas, mas avaliou que, enquanto esse material não for finalizado, a página institucional da Procuradoria e o vídeo da Dra. Priscila já oferecem conteúdo para dar início às atividades de sensibilização e informação.

**Joice** afirmou que fará articulações internas no Colégio Porto Seguro para apresentar os projetos e avaliar possibilidades de implementação. Embora a sugestão de realizar uma ação no dia 1º de agosto tenha sido bem recebida, ela sinalizou que talvez não seja possível

realizar algo ainda em junho, devido à agenda da equipe.

Ela se comprometeu a conversar com Meire, responsável pela área socioemocional da escola, para incluir o tema no planejamento anual.

Joice também se propôs a articular com outros grupos e redes dos quais faz parte:

- O grupo de cerca de 700 gestores de escolas particulares;
- A rede de escolas associadas ao programa PEA-UNESCO; e
- Duas supervisoras de ensino (uma da capital e outra do interior de São Paulo), com quem poderá estabelecer pontes para futuras ações conjuntas.

Ela reforçou que o processo envolverá muitas pessoas, mas que está disposta a iniciar e multiplicar o diálogo em paralelo com essas frentes.

O GT agradeceu e se colocou a disposição.

#### 4. Itens de Deliberação

Descrição	Responsável	Prazo
Joice verificará a possibilidade de partilhar a LMD internamente no Colégio Porto Seguro.	Professora Joice	Imediato
Articular com: - O grupo de cerca de 700 gestores de escolas particulares; - A rede de escolas associadas ao programa PEA-UNESCO; e - Duas supervisoras de ensino (uma da capital e outra do interior de São Paulo), com quem poderá estabelecer pontes para futuras ações conjuntas.	Professora Joice	Dois semanas
Enviar contato da professora Joice no grupo	Dra Priscila	Imediato

#### 5. Fechamento da ata

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Priscila Costa Schriener**

Procurador Regional da República/PRR1

GT "Igualdade de Gênero"

**Priscila Strassburger**

Assessoria Multidisciplinar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00206501/2025 ATA nº 84-2025**

.....  
Signatário(a): **PRISCILA COSTA SCHREINER**

Data e Hora: **09/06/2025 14:34:27**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **PRISCILA VILELA STRASSBURGER DANIGNO**

Data e Hora: **10/06/2025 09:38:03**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 833d9d8a.c23457b8.2cd3ea32.dcf34eb7